



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional, e com marcante atuação no arrendamento de aeronaves executivas e helicópteros.

No período, a Instituição não fez aquisição de debêntures de sua própria emissão e não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 12 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. A operação foi efetivada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no montante de R\$ 10,0 bilhões, na data da emissão, disponibilizando-a nos *sites* da Instituição (www.shopinvest.com.br/bradescosleasing) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (www.cvm.gov.br).

Em 10 de outubro de 2012, o Banco Central do Brasil aprovou a Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração de 8 de outubro de 2012, propondo a Redução de Capital da Instituição, no montante de R\$ 5,5 bilhões, a fim de ajustar o valor do capital próprio, que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades, mediante a restituição em dinheiro, ao Banco Bradesco S.A., único acionista da Sociedade.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	62.302.281	28.327.025	CIRCULANTE	2.014.659	6.848.486
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	180	567	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	-	4.415.559
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	35.289.507	26.663.874	Recursos de Debêntures	-	4.415.559
Aplicações no Mercado Aberto	22.310.371	16.085.493	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	114.738	154.430
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.979.136	10.578.381	FINAME	114.738	154.430
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.899.921	2.278.497
DERIVATIVOS (Nota 6)	26.918.135	1.641.805	Sociais e Estatutárias (Nota 15d)	138.212	335.894
Capital Próprio	26.853.167	1.580.927	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	535.201	526.518
Vinculados à Prestação de Garantias	64.968	60.878	Diversas (Nota 14b)	1.228.508	1.416.095
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(168.014)	(250.784)			
Operações de Arrendamentos a Receber:			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	70.616.481	61.536.885
- Setor Público	-	4.571	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	67.675.007	58.681.495
- Setor Privado	2.903.992	3.194.134	Recursos de Debêntures	67.675.007	58.681.495
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.786.555)	(3.074.348)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	154.201	214.985
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(285.451)	(375.141)	FINAME	154.201	214.985
OUTROS CRÉDITOS	220.497	219.826	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.787.273	2.640.405
Rendas a Receber	32	2.902	Sociais e Estatutárias (Nota 15d)	138.212	335.894
Diversos (Nota 8)	220.553	217.006	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	599.628	550.021
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(89)	(82)	Diversas (Nota 14b)	2.187.645	2.090.384
OUTROS VALORES E BENS	41.976	51.737			
Outros Valores e Bens	85.351	79.124	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	4.321.857	9.378.120
Provisões para Desvalorizações	(43.375)	(27.387)	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.118.856	39.139.113	- De Domiciliados no País	1.627.800	7.127.800
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	4.643.476	38.648.159	Reservas de Lucros	2.694.038	2.250.304
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.643.476	38.648.159	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	16
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(213.470)	(134.241)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	3.512.606	4.158.989			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.512.055)	(4.158.178)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(214.021)	(135.052)			
OUTROS CRÉDITOS	688.156	624.604			
Diversos (Nota 8)	688.264	624.767			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(108)	(163)			
OUTROS VALORES E BENS	694	591			
Despesas Antecipadas	694	591			
PERMANENTE	9.531.860	10.297.353			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	45.144	38.093			
Participações em Coligadas:					
- No País	38.329	31.278			
Outros Investimentos	26.394	26.394			
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	5.610	6.503			
Imóveis de Uso	11.117	11.117			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(19.601)	(18.708)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	9.481.106	10.252.757			
Bens Arrendados	13.762.008	14.148.596			
Depreciações Acumuladas	(4.280.902)	(3.895.839)			
TOTAL	76.952.997	77.763.491	TOTAL	76.952.997	77.763.491

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
		2012	2011		
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.200.008	9.277.928	11.012.704		
Operações de Crédito	35.903	68.023	66.631		
Operações de Arrendamento Mercantil	1.832.528	3.802.768	4.214.238		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	2.331.577	5.407.137	6.731.835		
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.696.865	8.129.381	9.529.940		
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	2.258.785	5.138.998	6.191.905		
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	7.998	18.499	24.141		
Operações de Arrendamento Mercantil	1.434.430	2.960.578	3.229.844		
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g) ...	(4.348)	11.306	84.050		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	503.143	1.148.547	1.482.764		
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(45.048)	(97.387)	(53.280)		
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(19.482)	(35.934)	(35.724)		
Despesas Tributárias (Nota 17)	(29.147)	(65.068)	(83.977)		
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	5.840	7.071	2.808		
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	25.481	51.903	186.080		
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(27.740)	(55.359)	(122.467)		
RESULTADO OPERACIONAL	458.095	1.051.160	1.429.484		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(27.955)	(47.807)	(24.701)		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	430.140	1.003.353	1.404.783		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(182.758)	(421.407)	(422.893)		
LUCRO LÍQUIDO	247.382	581.946	981.890		
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422		
Lucro por ação em R\$	10.561,95	24.846,13	41.921,70		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil					
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		2º Semestre 2012	%
		2012	2011		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	430.140	1.003.353	1.404.783		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.481.304	3.015.089	2.823.946		
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.348)	11.306	84.050		
Depreciações e Amortizações	1.416.979	2.930.558	3.203.973		
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	39.805	47.215	40.922		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(5.840)	(7.071)	(2.808)		
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	5.895	(16.442)	(526.986)		
Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	7.781	15.234	20.468		
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	21.032	34.289	14.404		
Outros	-	-	(10.077)		
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.911.444	4.018.442	4.228.729		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.666.453	40.322.702	(12.108.612)		
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.983.941)	(25.276.324)	(254.704)		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(18.580)	(54.971)	(70.655)		
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(13.841)	(14.897)	(34.841)		
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(44.620)	(100.477)	(10.236)		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(59.180)	(135.067)	238.366		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(182.465)	(379.768)	(230.845)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	6.275.270	18.379.640	(6.242.798)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:					
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(5)	(2)	4.769		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.500.459)	(3.102.179)	(3.892.489)		
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	476.369	941.086	975.337		
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(27.265)	(55.754)	(66.394)		
Alienação de Bens não de Uso Próprio	20.665	35.513	53.584		
Alienação de Investimentos	-	-	10.719		
Dividendos Recebidos	2.891	2.891	346		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(1.027.804)	(2.178.445)	(2.914.128)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					
Redução de Capital	(5.500.000)	(5.500.000)	-		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	6.293.656	4.577.953	12.534.627		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(390.000)		
Dividendos pagos	-	(335.883)	-		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	793.656	(1.257.930)	12.144.627		
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.041.122	14.943.265	987.701		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	9.889.957	987.814	113		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	15.931.079	15.931.079	987.814		
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.041.122	14.943.265	987.701		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Semestre	Exercícios findos em		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	2012	2011		2012	%	2012	%	2011	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:										
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	430.140	1.003.353	1.404.783	1 - RECEITAS	4.174.142	908,8	9.215.359	862,5	10.967.566	736,7
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.481.304	3.015.089	2.823.946	1.1) Intermediação Financeira	4.200.008	914,5	9.277.928	868,4	11.012.704	739,7
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.348)	11.306	84.050	1.2) (Provisão)/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.348	0,9	(11.306)	(1,1)	(84.050)	(5,6)
Depreciações e Amortizações	1.416.979	2.930.558	3.203.973	1.3) Outras	(30.214)	(6,6)	(51.263)	(4,8)	38.912	2,6
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	39.805	47.215	40.922	2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA						
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(5.840)	(7.071)	(2.808)	(3.701.213) (805,9) (8.118.075) (759,8) (9.445.890) (634,5)						
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	5.895	(16.442)	(526.986)	3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	7.781	15.234	20.468	(19.035) (4,1) (35.040) (3,3) (34.830) (2,3)						
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	21.032	34.289	14.404	Serviços de Terceiros						
Outros	-	-	(10.077)	(128) - (347) - (333) -						
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.911.444	4.018.442	4.228.729	Apreensão de Bens						
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.666.453	40.322.702	(12.108.612)	(1.442) (0,3) (2.847) (0,3) (3.456) (0,2)						
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.983.941)	(25.276.324)	(254.704)	Serviços do Sistema Financeiro						
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(18.580)	(54.971)	(70.655)	(1.464) (0,3) (2.375) (0,2) (1.731) (0,1)						
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(13.841)	(14.897)	(34.841)	Propaganda, Promoções e Publicidade						
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(44.620)	(100.477)	(10.236)	(985) (0,2) (1.361) (0,1) (1.285) (0,1)						
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(59.180)	(135.067)	238.366	Transportes						
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(182.465)	(379.768)	(230.845)	(62) - (150) - (309) -						
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	6.275.270	18.379.640	(8.242.798)	Jurídicas Processuais						
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				(3.594) (0,8) (5.968) (0,6) (5.868) (0,4)						
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(5)	(2)	4.769	Emolumentos Judiciais e Cartorários						
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.500.459)	(3.102.179)	(3.892.489)	(6.112) (1,4) (11.241) (1,1) (7.577) (0,5)						
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	476.369	941.086	975.337	Serviços Técnicos Especializados						
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(27.265)	(55.754)	(66.394)	(3.824) (0,8) (7.784) (0,7) (10.179) (0,7)						
Alienação de Bens não de Uso Próprio	20.665	35.513	53.584	Processamento de Dados						
Alienação de Investimentos	-	-	10.719	(1.373) (0,3) (2.806) (0,3) (3.906) (0,3)						
Dividendos Recebidos	2.891	2.891	346	Outras						
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(1.027.804)	(2.178.445)	(2.914.128)	(51) - (161) - (186) -						
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)						
Redução de Capital	(5.500.000)	(5.500.000)	-	453.894 98,8 1.062.244 99,4 1.486.846 99,9						
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissões de Debêntures	6.293.656	4.577.953	12.534.627	5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO						
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(390.000)	(447) (0,1) (894) (0,1) (894) (0,1)						
Dividendos pagos	-	(335.883)	-	6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)						
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	793.656	(1.257.930)	12.144.627	453.447 98,7 1.061.350 99,3 1.485.952 99,8						
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.041.122	14.943.265	987.701	7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	9.889.957	987.814	113	5.840 1,3 7.071 0,7 2.808 0,2						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	15.931.079	15.931.079	987.814	Resultado de Equivalência Patrimonial						
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.041.122	14.943.265	987.701	5.840 1,3 7.071 0,7 2.808 0,2						
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)										
459.287 100,0 1.068.421 100,0 1.488.760 100,0										
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO										
459.287 100,0 1.068.421 100,0 1.488.760 100,0										
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições										
211.905 46,1 486.475 45,5 506.870 34,1										
Federalis										
207.354 45,1 477.698 44,7 498.234 33,5										
Municipais										
4.551 1,0 8.777 0,8 8.636 0,6										
9.2) Remuneração de Capitais Próprios										
247.382 53,9 581.946 54,5 981.890 65,9										
Juros sobre o Capital Próprio Pagos ...										
- - - 390.000 26,2										
Dividendos Provisionados										
58.753 12,8 138.212 12,9 - -										
Lucros Retidos										
188.629 41,1 443.734 41,6 591.890 39,7										

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL.....3

continuação



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 12 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. A operação foi efetivada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no montante de R\$ 10,0 bilhões, na data da emissão (Nota 11). Em 10 de outubro de 2012 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2012 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 5,5 bilhões, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituindo em dinheiro ao Banco Bradesco S.A., seu único acionista (Nota 15).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

As operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos e valores negociados			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos (1)			
Títulos para negociação (3)	26.561.801	46.219	50.996
Letras financeiras do tesouro	-	42.133	36.571
Certificados de depósito bancário	-	3.051	6.724
Debêntures	-	16	306
Letras do tesouro nacional	15.394.898	1.019	-
Notas do tesouro nacional	11.166.903	-	-
Notas promissórias	-	-	-
Outros	-	-	7.395
Títulos disponíveis para venda (4)	48	-	-
Ações	48	-	-
Total em 2012	26.561.849	46.219	50.996
Total em 2011	1.347.693	2.409	34.634

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 26.853.119 mil (2011 - 1.580.884 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(4) Em 2011 foram realizadas perdas que não temporárias de R\$ 122 mil, para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e

(5) A marcação a mercado dos títulos para negociação foram registradas em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	3.931.138	6.551.901	
Títulos de renda fixa.....	5.152	7.327	
Títulos de renda variável.....	-	15.617	
Fundos de investimento.....	1.470.847	156.990	
Total.....	5.407.137	6.731.835	

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

Como boa prática de governança de gestão de riscos, o Banco Bradesco S.A. possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisitos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e c); e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b).

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional.....		180	567
Total de disponibilidades (caixa).....		180	567
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....		15.930.899	987.247
Total caixa e equivalentes de caixa.....		15.930.079	987.814

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

							Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
							2012	2011
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada (1).....	4.036.144	1.774.854	1.502.143	13.378.346	1.308.034	310.850	22.310.371	16.085.493
Debêntures.....	3.881.189	1.774.854	1.502.143	13.378.346	1.308.034	310.850	22.155.416	16.085.493
Outros.....	154.955	-	-	-	-	-	154.955	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	12.979.136	-	-	-	-	4.643.476	17.622.612	49.226.540
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	12.979.136	-	-	-	-	4.643.476	17.622.612	49.226.540
Total em 2012.....	17.015.280	1.774.854	1.502.143	13.378.346	1.308.034	4.954.326	39.932.983	
Total em 2011.....	13.251.362	967.867	1.808.139	7.702.711	1.823.455	39.758.499		65.312.033

(1) Prazo dos papéis que estão lastreando as operações.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2012	2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada.....		2.322.881	1.501.629
Subtotal.....		2.322.881	1.501.629
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....		1.608.257	5.050.272
Total (Nota 6b).....		3.931.138	6.551.901

Em 31 de dezembro - R\$ mil

		2012		2011	
		Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado (5)
Títulos (1)					
Títulos para negociação (3).....	26.561.801	46.219	50.996	46.219	50.996
Letras financeiras do tesouro.....	-	42.133	36.571	42.133	36.571
Certificados de depósito bancário.....	-	3.051	6.724	3.051	6.724



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						
Em 31 de dezembro - R\$ mil						
Carteira <i>Banking</i> (1)						
2012			2011			
1	2	3	1	2	3	
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(358) (69.672) (135.402)	(425) (109.373) (210.898)			
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	- (7) (15)	(95) (2.365) (4.729)			
Total sem correlação		(358) (69.679) (135.417)	(520) (111.738) (215.627)			
Total com correlação		(358) (69.670) (135.398)	(430) (109.242) (210.638)			

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 o Índice Bovespa foi de 60.343 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 7,15% ao ano.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 o Índice Bovespa foi de 45.714 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 8,92% ao ano. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 o Índice Bovespa foi de 30.476 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 10,71% ao ano. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
Curso anormal							Total		
Parcelas vencidas							Total		
1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		2012 (C)	2011 (C)	
Operações de arrendamento mercantil	25.627	26.873	23.393	66.240	108.042	218.403	468.578	446.891	6.288.395
Outros créditos (1)								-	6.536
Total em 2012	25.627	26.873	23.393	66.240	108.042	218.403	468.578		6.294.931
Total em 2011	22.091	21.989	20.713	56.925	100.016	225.157		446.891	7.008.102

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012	%	2011	%	
Maior devedor	38.385	0,6	34.739	0,5	
Vinte maiores devedores	432.257	6,9	411.873	5,9	

e) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012	%	2011	%	
Setor público	-	-	4.571	0,1	
Intermediários financeiros	-	-	4.571	0,1	
Setor privado	6.294.931	100,0	7.003.531	99,9	
Indústria	1.223.834	19,4	1.295.108	18,4	
Alimentícia e bebidas	171.410	2,7	212.271	3,0	
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	264.160	4,2	283.451	4,0	
Química	82.747	1,3	63.890	0,9	
Papel e celulose	17.529	0,3	25.283	0,4	
Veículos leves e pesados	13.794	0,2	13.615	0,2	
Extração de minerais metálicos e não metálicos	115.773	1,8	103.811	1,5	
Têxtil e confecções	59.385	0,9	66.130	0,9	
Artigos de borracha e plásticos	96.771	1,5	119.046	1,7	
Eletroeletrônica	42.997	0,7	44.073	0,6	
Móveis e produtos de madeira	80.421	1,3	77.200	1,1	
Autopeças e acessórios	48.398	0,8	41.642	0,6	
Materiais não metálicos	86.611	1,4	90.595	1,3	
Artefatos de couro	15.089	0,2	15.778	0,2	
Refino de petróleo e produção de álcool	26.334	0,4	19.159	0,3	
Edição, impressão e reprodução	79.904	1,3	90.854	1,3	
Demais indústrias	22.511	0,4	28.310	0,4	

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil											
Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida					
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica		Genérica		2011	
						Vencidas	Vencidas			Total	%
AA	0,0	81.646	-	81.646	1,3	-	-	-	-	-	-
A	0,5	497.460	-	497.460	7,9	-	-	2.487	2.487	0,5	2.881
B	1,0	1.282.848	5.832	1.288.680	20,5	-	55	12.829	12.887	2,6	13.193
C	3,0	3.513.095	81.129	3.594.224	57,1	224	2.210	105.393	107.627	21,6	126.957
Subtotal		5.375.049	86.961	5.462.010	86,8	227	2.265	120.709	123.201	24,7	143.031
D	10,0	226.690	159.647	386.337	6,1	1.754	14.211	22.669	38.634	7,7	32.253
E	30,0	28.156	61.652	89.808	1,4	2.670	15.826	8.447	26.943	5,4	26.083
F	50,0	26.685	40.245	66.930	1,1	3.981	16.141	13.342	33.464	6,7	31.511
G	70,0	9.127	32.272	41.399	0,7	5.130	17.460	6.389	28.979	5,8	41.276
H	100,0	55.102	193.345	248.447	3,9	56.041	137.304	55.102	248.447	49,7	236.284
Subtotal		345.760	487.161	832.921	13,2	69.576	200.942	105.949	376.467	75,3	367.407
Total em 2012		5.720.809	574.122	6.294.931	100,0	69.803	203.207	226.658	499.668	100,0	
%		90,9	9,1	100,0		13,9	40,7	45,4	100,0		
Total em 2011		6.472.220	535.882	7.008.102	100,0	60.055	201.514	248.869		510.438	100,0
%		92,4	7,6	100,0		11,8	39,5	48,7		100,0	

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	
Saldo inicial	510.438	442.777	
Constituição líquida de reversões	11.306	84.050	
Baixas para prejuízo	(22.076)	(16.389)	
Saldo final	499.668	510.438	
- Provisão específica (1)	273.010	261.569	
- Provisão genérica (2)	226.658	248.869	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	68.023	66.631	
Renegociação de créditos no exercício	175.345	128.224	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) Registrada em recibos de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	
Veículos e afins	7.977.880	8.640.861	
Máquinas e equipamentos	3.852.383	3.824.847	
Outros	1.785.464	1.532.509	
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g - IV)	146.281	150.379	
Total de bens arrendados	13.762.008	14.148.596	
Depreciação acumulada de bens arrendados	(7.384.429)	(7.002.444)	
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	3.103.527	3.106.605	
Total da depreciação acumulada	(4.280.902)	(3.895.839)	
Imobilizado de arrendamento	9.481.106	10.252.757	

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas":

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no Capital Social %	Lucro Líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas		2012	2011	2012	2011
Aquarius Holdings Ltda.	32.658	63.996	-	6.368	19.500	3.271	12.479	638	826
Serel Participações em Imóveis S.A.	165.500	1.481.321	257	-	1.781	361.298	25.850	6.433	1.982
Total						38.329	31.278	7.071	2.808

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989	
Títulos patrimoniais	3	3	
Outros investimentos	402	402	
Subtotal	26.394	26.394	
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)	
Total	6.815	6.815	

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
Valor residual					
Taxa	Custo	Depreciação	2012	2011	
Imóveis de uso:					
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	
- Edificações	4%	22.342 (19.446)	2.896	3.789	
Outras imobilizações de uso	20%	155 (155)	-	-	
Imobilizado de arrendamento	-	13.762.008 (4.280.902)	9.481.106	10.252.757	
Total em 2012		13.787.219 (4.304.503)	9.486.716		
Total em 2011		14.173.807 (3.914.547)	10.259.260		

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL..... 3



Diário Oficial
Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 123 • Número 32

Página 5

São Paulo, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL.....3

Diário Oficial
Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 32
São Paulo, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

continuação



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Valor da	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
	operação			2012	2011
Junho/2002 (*).....	1.200.000	2012	100% CDI	-	4.415.559
Fevereiro/2005 (1).....	4.000.000	2025	100% CDI	9.896.860	9.128.829
Fevereiro/2005 (2).....	4.050.000	2025	100% CDI	10.020.571	9.242.940
Fevereiro/2005 (3).....	8.775.000	2025	100% CDI	21.711.237	20.026.371
Janeiro/2008 (4).....	6.750.000	2028	100% CDI	11.062.584	10.204.089
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2016	100% CDI	5.463.629	5.039.633
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2021	100% CDI	5.463.629	5.039.633
Outubro/2012 (6) (Nota 1).....	4.000.000	2032	100% CDI	4.056.497	-
Total.....	38.275.000			67.675.007	63.097.054

(*) Emissão encerrada.

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;

(3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;

(4) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;

(5) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures; e

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 31 de dezembro de 2012, 400.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 4,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

b) Repactuação de debêntures

Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

I - Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 e até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*; e

II - Esclarecer que permanecem inalteradas todas as demais características das Debêntures.

c) Despesas de Debêntures

O montante de despesas de operações de empréstimos e repasses no período correspondeu a R\$ 5.138.998 mil (2011 - R\$ 6.191.905 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
FINAME.....	12.504	22.192	30.346	49.696	119.655	34.546	268.939
Total em 2012.....	12.504	22.192	30.346	49.696	119.655	34.546	268.939
%.....	4,7	8,2	11,3	18,5	44,5	12,8	100,0
Total em 2011.....	16.151	14.102	53.747	70.430	161.259	53.726	369.415
%.....	4,4	3,8	14,5	19,1	43,7	14,5	100,0

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

O montante de despesas de operações de empréstimos e repasses no período correspondeu a R\$ 18.499 mil (2011 - R\$ 24.142 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF - R\$ 106.232 mil (2011 - R\$ 101.828 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Fiscais e Previdenciárias (1)			
	Trabalhistas	Cíveis		
No início do exercício de 2012.....	498	62.790	218.739	
Atualização monetária.....	55	5.898	9.705	
Constituições líquidas de reversões.....	(73)	(1.336)	32.966	
Baixa/Transferências.....	(41)	(4.081)	-	
No final do exercício de 2012 (Nota 14).....	439	63.271	261.410	

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.011.606 mil (2011 - R\$ 436.153 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b).....	261.410	218.739	
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	836.404	825.704	
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	25.320	15.972	
Impostos e contribuições a recolher.....	11.695	16.124	
Total.....	1.134.829	1.076.539	

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	3.310.699	3.377.829	
Provisão para riscos - cíveis (Nota 13b).....	63.271	62.790	
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	20.485	31.479	
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b).....	439	498	
Outras.....	19.259	33.883	
Total.....	3.414.153	3.506.479	

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 1.627.800 mil (2011 - R\$ 7.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil
	2012	2011	
Em 31 de dezembro de 2011.....	23.422	7.127.800	
Redução de Capital - AGE de 8.10.2012 (1).....	-	(5.500.000)	
Em 31 de dezembro de 2012.....	23.422	1.627.800	

(1) Homologação pelo BACEN da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Instituição, deliberando a redução do capital da Instituição no montante de R\$ 5.500.000 mil, sem cancelamento de ações, a fim de ajustar o excesso de capital às suas necessidades (Nota 1).

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de lucros.....	2.694.038	2.250.304
- Reserva Legal (1).....	186.945	157.848
- Reservas Estatutárias (2).....	2.507.093	2.092.456

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido.....	581.946	981.890
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(29.097)	(49.094)
Base de cálculo.....	552.849	932.796
Dividendos propostos.....	138.212	-
Juros sobre o capital próprio (1).....	-	390.000
Percentual em relação à base de cálculo.....	25,0%	41,8%

(1) Pagos em 28 de outubro de 2011, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 30 de setembro de 2011.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Emolumentos judiciais e cartorários.....	11.241	7.577
Serviços técnicos especializados.....	7.784	10.179
Jurídicas processuais.....	5.968	5.868
Processamento de dados.....	2.806	3.906
Serviços do sistema financeiro.....	2.375	1.731
Depreciações e amortizações.....	894	894
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.361	1.285
Serviços de terceiros.....	347	333
Apreensão de bens.....	2.847	3.456
Transportes.....	150	309
Outras.....	161	186
Total.....	35.934	35.724

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
COFINS.....	45.621	62.895
PIS.....	7.413	10.221
ISS.....	8.777	8.636
Outras.....	3.257	2.225
Total.....	65.068	83.977

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Variações monetárias ativas.....	37.872	40.541
Receita de impostos a compensar.....	-	64.498
Aditivos contratuais.....	7.429	9.516
Reversão de outras provisões - fiscais.....	6.027	64.473
Créditos Fiscais - FINSOCIAL.....	-	4.467
Outras.....	575	2.585
Total.....	51.903	186.080

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Variações monetárias passivas.....	10.449	12.774
Outras provisões operacionais (1).....	5.899	77.342
Indenizações pagas.....	3.496	3.456
Descontos concedidos.....	29.718	23.342
Doações - Lei Rouanet.....	5.714	2.600
Outras.....	83	2.953
Total.....	55.359	122.467

(1) Inclui basicamente provisões para riscos fiscais.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado na alienação de outros valores e bens.....	(15.234)	(10.391)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(34.289)	(14.551)
Aluguéis.....	1.716	94
Outros.....	-	147
Total.....	(47.807)	(24.701)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	2012	2011
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	180	567	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i):				
Banco Bradesco S.A.	17.622.612	49.226.540	1.608.257	5.050.272
Aplicações no mercado aberto (ii):				
Banco Bradesco S.A.	22.310.371	16.085.493	2.322.881	1.501.629
Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(138.212)	(335.884)	-	-
Outras Coligadas	20	2.891	-	-
Debêntures (Nota 11):				
Banco Bradesco S.A.	(67.675.007)	(63.097.054)	(5.138.998)	(6.191.905)
Atual:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	1.716	94



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012 (1)	2011
Ações ordinárias.....	-	0,03%
Ações preferenciais.....	-	-
Total das ações	-	0,03%

(1) No exercício de 2012 as ações ordinárias passaram a ser 100% do controlador.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.003.353	1.404.783
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(401.341)	(561.913)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	2.829	1.123
Juros sobre Capital Próprios Pagos.....	-	156.000
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(28.640)	(19.767)
Outros valores.....	5.745	1.664
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(421.407)	(422.893)

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(433.584)	(393.926)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	15.764	12.836
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal.....	(3.587)	(41.803)
Total dos impostos diferidos	12.177	(28.967)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(421.407)	(422.893)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	220.776	9.187	4.665	225.298
Provisões cíveis.....	23.725	3.750	2.167	25.308
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas.....	54.631	3.911	53	58.489
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	4.877	-	-	4.877
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	10.169	13.716	7.321	16.564
Outros valores.....	1.503	-	594	909
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	315.581	30.564	14.800	331.445
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.....	3.587	-	3.587	-
Total dos créditos tributários (Nota 8b).....	319.268	30.564	18.387	331.445
Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e).....	825.704	10.700	-	836.404
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	(506.436)	19.864	18.387	(504.959)

DIRETORIA				
Conselho de Administração		Diretoria		
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidente Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi	Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores Luiz Carlos Angelotti
Vice-Presidente Antônio Borna				
Célio Magalhães Contador – CRC 1SP199295/O-5				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para conclusão com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3 g V e 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 25 de janeiro de 2013

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na
administração da sua
empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io | **certificação digital**

SAC 0800 01234 01
sac@imprensaoficial.com.br



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 32
São Paulo, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013

Página 7

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 14.710.500/0002
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos, destacando-se como uma das principais arrendadoras no mercado nacional, e com a recente atuação no arrendamento de aeronaves executivas e helicópteros.

No período, a Instituição não fez aquisição de debêntures de sua própria emissão e não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 12 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. A operação foi efetivada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no montante de R\$ 10,0 bilhões, na data da emissão (Nota 11).

Em 10 de outubro de 2012, o Banco Central do Brasil aprovou a Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração de 8 de outubro de 2012, propondo a Redução de Capital da Instituição, no montante de R\$ 5,5 bilhões, a fim de ajustar o valor do capital próprio, que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades, mediante a restituição em dinheiro, ao Banco Bradesco S.A., único acionista da Sociedade.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 581.946 milhões, correspondendo a R\$ 24.846,13 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 4.322 bilhões, proporcionando rentabilidade de 8,93% sobre o PL médio.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 76.953 bilhões, destacando-se R\$ 39.933 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 6.288 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente.

O total de Captações, no final do exercício de 2012, estava representado por R\$ 67,675 bilhões de Debêntures e R\$ 268,933 bilhões de FINAME. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3.311 bilhões.

No período, a Bradesco Leasing, em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Resumo da exposição justificativa do Auditor Independente: no entendimento de nossos Auditores Independentes, a prestação dos serviços descritos acima não afeta a independência e nem a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa prestados pela Bradesco Leasing, conforme definições da regulamentação em vigor e da mencionada política.

Agradecemos às nossas clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
	2012	2011		2012	2011
CIRCULANTE	62.302.281	28.327.025	CIRCULANTE	2.014.659	6.848.486
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	180	567	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	-	6.415.559
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	35.289.500	26.665.174	Reservas de Debêntures	-	58.681.495
Aplicações no Mercado Aberto	22.310.371	16.085.493	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	114.738	154.430
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.979.138	10.578.381	FINAME	1.899.921	2.276.491
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	26.916.135	1.641.805	OUTRAS OBRIGAÇÕES	138.212	335.884
Carteira Própria	26.853.167	1.580.927	Sociais e Estatutárias (Nota 14a)	535.201	526.518
Vinculadas à Prestação de Garantias	64.989	50.276	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	1.226.508	1.416.095
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(168.014)	(250.784)	Diversas (Nota 14b)	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	-	4.571			
- Setor Privado	2.903.992	3.194.134	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	70.616.481	61.536.885
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.786.555)	(3.748.348)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	67.675.007	58.681.495
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(285.451)	(375.141)	Reservas de Debêntures	67.675.007	58.681.495
OUTROS CREDITOS	220.497	219.826	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	154.201	214.985
Rendas a Receber	32	2.902	FINAME	154.201	214.985
Diversos (Nota 8)	220.053	217.008	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.787.273	2.440.405
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(68)	(82)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	599.628	550.021
OUTROS VALORES E BENS	11.117	41.6	Diversas (Nota 14b)	2.187.645	2.090.384
Outros Valores e Bens	85.351	79.124			
Provisões para Desvalorizações	(43.375)	(27.387)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.118.856	39.139.113	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	4.321.857	9.378.120
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	6.443.476	38.648.159	- De Domiciliados no País	1.627.800	7.127.800
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.648.159	38.648.159	Reservas de Lucro	2.604.038	2.250.304
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(213.470)	(134.241)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	16
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	3.512.606	4.158.989			
- Setor Privado	(3.512.055)	(4.158.178)			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(214.052)	(135.052)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	686.156	624.604			
OUTROS CREDITOS	686.264	624.767			
Diversos (Nota 8)	1.038	(153)			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	694	591			
OUTROS VALORES E BENS	694	591			
Despesas Antecipadas	694	591			
PERMANENTE	9.531.860	10.297.353			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	45.144	38.093			
Participações em Coligadas:					
- No País	38.329	31.278			
- Outros Investimentos	35.303	26.384			
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	5.610	6.503			
Imóveis de Uso	11.117	11.117			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(27.400)	(18.708)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	9.481.106	10.252.757			
Bens Arrendados	13.762.008	14.148.596			
Depreciações Acumuladas	(4.280.902)	(3.895.839)			
TOTAL	76.952.997	77.763.491	TOTAL	76.952.997	77.763.491

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.200.008	9.277.928
Operações de Crédito	68.028	66.631
Operações de Arrendamento Mercantil	1.832.528	3.802.768
Ajustes de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	1.341.364	5.407.133
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.096.865	8.129.381
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	2.258.795	1.338.998
Operações de Emprestimos e Repasses	14.496	24.199
Operações de Arrendamento Mercantil	1.434.430	2.960.578
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	(4.348)	11.306
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	593.143	1.482.544
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(45.048)	(97.387)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(19.482)	(35.334)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(29.147)	(63.056)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	5.840	7.071
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	25.481	51.903
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(27.740)	(122.467)
RESULTADO OPERACIONAL	458.095	1.051.160
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(27.355)	(47.807)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	430.740	1.003.353
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(182.758)	(421.407)
LUCRO LÍQUIDO	247.982	581.946
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	10.561,95	24.846,13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	430.740	1.003.353
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos e Contribuições	3.151.984	1.240.968
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.348)	11.306
Depreciações e Amortizações	1.416.979	2.930.558
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	39.805	47.215
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(5.840)	(7.071)
Insuficiência/(Superavência) de Depreciação	5.869	(16.442)
Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	15.234	20.468
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	21.032	34.289
Outros	10.077	(10.077)
Lucro Líquido Adicionado antes dos Impostos	1.911.444	4.018.442
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.666.453	40.322.702
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.983.941)	(25.276.324)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(18.580)	(54.971)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(13.841)	(14.897)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(44.620)	(100.477)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(59.180)	(135.067)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(182.465)	(379.768)
Fluxo de Caixa Disponível/(Utilizado) das Atividades Operacionais	6.752.270	18.379.640
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(5)	(2)
Aquisição de Imobilização de Uso e de Arrendamento	(1.500.459)	(3.102.179)
Alienação de Imobilização de Uso e de Arrendamento	476.369	941.086
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(27.265)	(66.394)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	20.665	35.513
Alienação de Investimentos	-	10.719
Dividendos Recebidos	2.891	2.891
Caixa Líquido Disponível/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(1.027.894)	(2.148.428)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Redução de Capital	(5.500.000)	(5.500.000)
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	6.263.656	4.571.853
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(335.883)
Dividendos pagos	-	(335.883)
Caixa Líquido Disponível/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	793.656	(1.257.930)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.441.122	14.943.265
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	9.889.857	987.814
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	15.910.979	997.074
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.441.122	14.943.265

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, a qual possui operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capital, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 12 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. A operação foi efetivada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no montante de R\$ 10,0 bilhões, na data da emissão (Nota 11).

Em 10 de outubro de 2012, o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2012 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 5,5 bilhões, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituindo em dinheiro ao Banco Bradesco S.A., seu único acionista (Nota 15).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem as demonstrações contábeis de créditos e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas aqui estabelecidas por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata di e calculadas com base no método exponencial.

As receitas de taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

A redução de arrendamento mercantil são calculadas a partir das práticas contábeis exigíveis no período (Portaria MF nº 140/08) e considera a aquisição por indexadas das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações comprometidas são realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são classificados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, métodos de precificação, Fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa subjetiva por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não.

As operações com derivativos em instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administração a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/08, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superávit/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem alto grau ou superior a 30% de risco de inadimplência, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na taxa normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% a 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

V - Superávit/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" e "IV" acima dizem respeito às práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente aquelas que concernem ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superávit ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

continua...

-continuação-


Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso decorrentes na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (acruva) das operações vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorre quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente realizados. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superávit de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outros Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superávit de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando a utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando-se as despesas de 15% para empresas do regime tributário de lucro líquido.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.341/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.947/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baseados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: móveis de uso doméstico - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano a ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria Títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação (3)	48.219	50.996	50.996	50.996
Letras financeiras do tesouro	26.561.801	42.133	36.571	167.462
Certificados de depósito bancário	-	3.051	6.724	11.936
Debêntures	-	16	306	18.825
Letras do tesouro nacional	15.394.888	1.019	-	9.133
Notas do tesouro nacional	11.166.903	-	-	11.166.903
Notas promissórias	-	-	-	-
Outros	-	-	7.395	51.725
Títulos disponíveis para venda (4)	48	-	-	59.120
Ações	48	-	-	48
Total em 2012	26.561.849	46.219	50.996	259.071
Total em 2011	1.347.693	2.409	34.634	257.069

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 26.853.119 mil (2011 - R\$ 580.884 mil).
(2) Os títulos e valores mobiliários são classificados em categorias de prazos, considerando os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
(3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
(4) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;
(5) Em 2011 foram realizadas perdas que não temporárias de R\$ 122 mil, para os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e;
(6) A marcação a mercado dos títulos para negociação foram registradas em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	3.931.138	6.551.001	6.551.001
Títulos de renda fixa	5.152	7.327	15.617
Títulos de renda variável	1.470.847	156.990	156.990
Fundos de investimento	5.407.137	6.731.835	6.731.835
Total	10.869.072	14.466.153	14.466.153

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possui posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

Como boa prática de governança de gestão de risco, o Banco Bradesco S.A. possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado sob análise, considerando os impactos das variações de mercado. O Acordo de Capital - Basileia II, Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN. As propostas de limites de riscos são validadas em Comitê específico de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os impactos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, devida com intenção de negociação ou destinadas a hedge de riscos de outras da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociação. As operações de hedge com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges.

De acordo com a natureza das suas atividades, a empresa Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações Banking e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Carteira Banking (1)			Carteira Trading (2)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Taxa de Juros em Real	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(358)	(69.672)	(135.402)	(425)	(109.373)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(7)	(15)	(95)	(2.365)	(4.729)
Total sem correlação	(358)	(69.679)	(135.417)	(520)	(111.738)	(215.627)
Total com correlação	(358)	(69.670)	(135.398)	(430)	(109.242)	(210.638)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&F/Bovespa, Anbima, etc.) foram aplicados de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo, no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2012 o Índice Bovespa foi de 60.343 pontos. Para o cenário de Juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2012 foi de 7,15% ao ano.

	Curso anual					
	Parcelas vencidas			Parcelas vencidas		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Operações de arrendamento mercantil	25.627	26.873	23.393	66.240	108.042	218.403
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-
Total em 2012	25.627	26.873	23.393	66.240	108.042	218.403
Total em 2011	22.991	21.989	20.713	58.925	100.016	225.157

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	%	2011	%
Mayor devedor	38.385	0,6	34.730	0,5
Vinte maiores devedores	432.257	6,9	411.873	5,9

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	%	2011	%
Setor público	-	-	4.571	6,1
Intermediários financeiros	-	-	4.571	0,1
Setor privado	6.294.931	100,0	7.003.531	99,9
Indústria	1.223.834	19,4	1.295.108	18,4
Alimentícia e bebidas	171.410	2,7	212.271	3,0
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	264.160	4,2	283.451	4,0
Química	82.747	1,3	63.890	0,9
Papel e celulose	17.529	0,3	25.283	0,4
Veículos leves e pesados	13.794	0,2	13.615	0,2
Extração de minerais metálicos e não metálicos	115.773	1,8	103.811	1,5
Têxtil e confecções	59.385	0,9	66.130	0,9
Artigos de borracha e plásticos	96.771	1,5	119.046	1,7
Eletroeletrônica	42.997	0,7	44.073	0,6
Móveis e produtos de madeira	80.421	1,3	77.200	1,1
Autopartes e acessórios	48.398	0,8	41.642	0,6
Materiais não metálicos	86.611	1,4	90.595	1,3
Artifatos de couro	15.089	0,2	15.778	0,2
Refino de petróleo e produção de álcool	26.334	0,4	19.159	0,3
Edição, impressão e reprodução	79.904	1,3	90.854	1,3
Demais indústrias	22.511	0,4	28.310	0,4

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

• **Ativos Contingentes:** são não reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou direitos judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);

• **Provisões:** são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunal, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e c);

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b);

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	180	567
Total de disponibilidades (caixa)	180	567
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e c);	15.930.999	987.261
Total caixa e equivalentes de caixa	15.931.079	987.814

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Vencimentos

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2011
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada (1)	4.036.144	1.774.854	1.502.143	13.378.346	1.308.034	310.850	22.310.371	16.085.493
Debêntures	3.881.189	1.774.854	1.502.143	13.378.346	1.308.034	310.850	22.155.416	16.085.493
Outros	154.955	-	-	-	-	-	154.955	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	12.979.136	-	-	-	4.643.476	17.622.612	49.226.540	49.226.540
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	12.979.136	-	-	-	4.643.476	17.622.612	49.226.540	49.226.540
Total em 2012	17.015.280	1.774.854	1.502.143	13.378.346	1.308.034	4.954.326	39.932.983	39.932.983
Total em 2011	13.251.362	967.867	1.808.139	7.792.711	1.823.455	39.758.499	65.312.033	65.312.033

(1) Prazo dos papéis que estão lastreados em operações.

As aplicações em depósitos interfinanceiros são aquelas que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	2.322.881	1.501.629
Subtotal	2.322.881	1.501.629
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.608.257	5.050.272
Total (Nota 6b)	3.931.138	6.551.901

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	2.322.881	1.501.629

- continuação

**Bradesco Leasing****Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco**

Em 31 de dezembro - R\$ mil													
Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida							
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica		Gênerica	2012		2011		
						Vencidas	Vencidas		Total	%	Total	%	
AA	0,0	81.646	-	81.646	1,3	-	-	-	-	-	-	-	
A	0,5	497.460	-	497.460	7,9	-	2.487	2.487	0,5	2.487	0,5	2.487	
B	1,0	1.282.848	5.832	1.288.680	20,5	3	55	12.829	12.887	2,6	13.193	2,6	
C	3,0	3.513.095	81.129	3.594.224	57,1	224	2.210	105.393	107.827	21,6	126.957	24,9	
Subtotal		5.375.049	86.961	5.462.010	86,8	227	2.265	120.709	123.201	24,7	143.831	26,0	
D	10,0	226.690	159.647	386.337	6,1	1.754	14.211	22.669	38.634	7,7	32.253	6,3	
E	30,0	28.156	61.652	89.808	1,4	2.670	15.826	8.447	26.943	5,4	26.083	5,1	
F	50,0	26.885	40.245	67.130	1,1	3.981	15.141	13.342	33.464	6,7	31.511	6,2	
G	70,0	9.127	32.272	41.399	0,7	5.130	17.460	6.389	28.979	5,8	41.276	8,1	
H	100,0	193.345	248.447	441.792	3,9	56.041	137.304	55.102	248.447	49,7	236.284	46,3	
Subtotal		345.760	487.161	832.921	10,0	69.576	208.942	105.949	376.467	69,5	367.407	72,0	
Total em 2012		5.720.809	574.122	6.294.931	100,0	69.803	203.207	226.658	499.668	100,0			
%		90,9	9,1	100,0	100,0	13,9	39,5	45,4	100,0		510.438	100,0	
Total em 2011		6.472.220	535.882	7.008.102	100,0	60.055	201.514	248.669	248.669		510.438	100,0	
%		92,4	7,6	100,0	100,0	11,8	48,7	48,7			100,0		

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos resíduos parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Saldo inicial	510.438
Constituição líquida de reversões	11.306
Baixas para prejuízo	(22.076)
Saldo final	499.668
- Provisão específica (1)	273.010
- Provisão genérica (2)	226.658
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	68.023
Renegociação de créditos no exercício	175.345

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias.

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Veículos e afins	7.977.880
Máquinas e equipamentos	8.640.861
Outros	3.852.383
Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3g - IV)	1.785.464
Depreciação acumulada de bens arrendados	146.281
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	150.379
Total de bens arrendados	13.762.098
Depreciação acumulada de bens arrendados	(7.384.429)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	(3.105.527)
Total da depreciação acumulada	(10.489.956)
Imobilizado de arrendamento	9.481.106

9) INVESTIMENTOS

(1) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no Capital Social	Lucro Líquido ajustado	Valor contábil	Ajuste decorrente de avaliação (1)
Aseris Holdings Ltda.	32.658	63.996	-	6.368	19.500	3.271	12.479
Serit Participações em Imóveis S.A.	165.500	1.481.321	257	1.781	361.298	25.850	19.430
Total						38.329	31.278

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Aplicações por incentivos fiscais	25.989
Títulos patrimoniais	3
Outros	402
Subtotal	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)
Total	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Imóveis de uso:	
- Terrenos	-
- Edificações	4%
Outros imobilizados de uso	20,2%
Imobilizado de arrendamento	20,2%
Total em 2012	13.787.219
Total em 2011	14.173.807

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

(a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais créditos, remuneradas pela variação dos "Certificados de Depósitos Interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação		Vencimento	Remuneração		Valor contábil	
	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Junho/2002 (*)	4.000.000	4.000.000	2025	100% CDI	4.415.550	4.415.550	4.415.550
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	9.886.860	9.128.829	9.128.829	9.128.829
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	10.020.571	9.242.940	9.242.940	9.242.940
Fevereiro/2005 (3)	4.050.000	2025	100% CDI	10.020.571	9.242.940	9.242.940	9.242.940
Jan./2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	11.062.584	10.204.098	10.204.098	10.204.098
Junho/2011 (5)	4.750.000	2026	100% CDI	5.463.629	5.039.633	5.039.633	5.039.633
Junho/2011 (6)	4.750.000	2021	100% CDI	5.463.629	5.039.633	5.039.633	5.039.633
Outubro/2012 (6) (Nota 1)	4.000.000	2032	100% CDI	5.056.497	63.097.054	63.097.054	63.097.054
Total	38.275.000			67.675.007	63.097.054	63.097.054	63.097.054

(*) Emissão encerrada.

(1) Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões, do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(4) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(5) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/003, simples, 50.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 5,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(7) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/002, em 17 de janeiro de 2006, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/003, simples, 50.000.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 5,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(9) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(10) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 31 de dezembro de 2012, 400.000.000, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

b) Repetição de Debêntures

(1) Em 2 de janeiro de 2013, houve a repetição das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

I - Juros Remuneratórios a partir de 2 de janeiro de 2013 a até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupos (Taxas DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balção Organizado de Ações e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, pro rata temporis e

II - Esclarecer que permanecem inalteradas todas as demais características das Debêntures.

c) Despesas de Debêntures

(1) O montante de despesas de operações de empréstimos e repasses no período correspondeu a R\$ 5.138.998 mil (2011 - R\$ 6.191.905 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS**a) Obrigações por repasses**

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Em 31 de dezembro - R\$ mil
FINAME	12.504	22.192	34.346	49.696	119.655	34.546	369.415
Total em 2012	12.504	22.192	34.346	49.696	119.655	34.546	369.415
%	4,7	6,2	11,3	18,5	44,5	12,8	100,0
Total em 2011	16.151	14.102	53.747	70.430	161.250	53.726	369.415
%	4,4	3,8	14,5	19,1	43,7	14,5	100,0

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

(1) O montante de despesas de operações de empréstimos e repasses no período correspondeu a R\$ 18.499 mil (2011 - R\$ 24.142 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

(1) Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Recolha Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Lei nº 2.245/88 e nº 2.449/88, na qual se pleiteia que exceda ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/0 (PIS Repagável); e b) outros tributos, cuja legalidade ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

(2) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(3) A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento do Tribunal, sempre que a perda for avaliada como provável.

(4) A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

(5) O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

(1) São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetivados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos civis

(1) São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

(2) Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

(1) A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

(1) - CPMF - R\$ 106.232 mil (2011 - R\$ 101.828 mil) pleiteia, isoladamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras feitas por seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 69/97 e 134/99, incisos I, XXV e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Trabalhistas	498
Cíveis	62.780
Fiscais e Previdenciárias (1)	9.705
Total	73.983

No início do exercício de 2012

Atualização monetária	498
Constituições líquidas de reversões	(73)
Baixas/Transferências	(43)
No final do exercício de 2012 (Nota 14)	63.217

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

(1) A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu", amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados sob a perspectiva de perda destes depósitos são classificados como perdas possíveis.

(2) Os principais processos com essa classificação relativos ao ISON de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.011.606 mil (2011 - R\$ 436.153 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, levando caso de nulidade formal ocorrida na constituição do crédito tributário.

(a) Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ (3.078 mil) (2011 - superveniência de R\$ 508.716 mil) registrada em contas de resultado, sendo R\$ 19.520 mil (2011 - R\$ 18.270 mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 16.442 mil (2011 - R\$ 526.896 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS**a) Rendas a receber**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Dividendos	32
Total	32

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Créditos tributários (Nota 22c)	331.445
Devedores por depósitos em garantia	477.273
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	68.317
Pagamentos a ressarcir	15.805
Devedores por compra de valores e bens	6.536
Outros	9.441
Total	908.817

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	261.410
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	836.044
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	25.320
Impostos e contribuições a receber	11.695
Total	1.076.479

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2012	2011
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	3.310.699
Provisão para riscos - civis (Nota 13b)	63

